

**HABEAS CORPUS Nº 493.347 - RS (2019/0042206-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : ALINE CORRÊA LOVATTO - RS043217  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JOHNNY DA SILVA MELO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido de liminar, impetrado em benefício de JOHNNY DA SILVA MELO, contra o v. acórdão do **eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, no Agravo em Execução n. 0369875-47.2018.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que o paciente requereu ao Juízo das Execuções Penais a concessão do benefício de saídas temporárias, mas o pedido foi indeferido, sob o fundamento de que ele ainda não havia cumprido 1/4 (um quarto) de sua pena a contar da prática da última falta grave.

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, alegando que a falta grave não interrompe o lapso temporal para a concessão das saídas temporárias, mas o eg. Tribunal de origem negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 113):

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO. SAÍDA TEMPORÁRIA. REQUISITO OBJETIVO. TERMO INICIAL DE CONTAGEM.**

*Benefício da saída temporária. Apenado reincidente. Requisito objetivo. Fração de 1/4 a ser contada a partir da data-base alterada pelo reconhecimento de falta grave. Entendimento consolidado e dominante desta Câmara, que restringe a alteração da data-base aos benefícios da progressão de regime, saída temporária e serviço externo. Agravo desprovido."*

Daí o presente **writ**, em que a Defesa afirma, em síntese, que o

cometimento de falta grave não interrompe a contagem do prazo destinado à concessão das saídas temporárias, em razão de ausência de previsão legal.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, a fim de que se determine ao Juízo das Execuções que considere na contagem de prazo para as saídas temporárias, a data de início do cumprimento da pena, sem a interrupção do lapso pela prática de falta grave.

É o breve relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

Em um exame perfunctório, próprio dos pedidos liminares, observo que esta Corte Superior de Justiça possui jurisprudência no sentido de que o cometimento de falta grave no curso da execução não interrompe o prazo para a concessão do benefício de saída temporária.

Ilustrativamente:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. SAÍDAS TEMPORÁRIAS E TRABALHO EXTERNO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. A prática de falta grave durante o cumprimento da pena não acarreta a alteração da data-base para fins de saída temporária e trabalho externo. Precedentes.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento"*  
(AgInt no REsp 1.713.617/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 12/03/2018, grifei).

**Ante o exposto**, vislumbro, na espécie, a presença dos requisitos autorizadores da concessão da medida de urgência, razão pela qual **defiro o pedido liminar** tão somente para suspender, até o julgamento do mérito deste **writ**, o cumprimento do v. acórdão proferido nos autos do Agravo de Execução n. 0369875-47.2018.8.21.7000, no ponto em que determinou a interrupção do lapso temporal para a concessão das saídas temporárias em decorrência da prática de falta grave.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal de origem.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer  
Relator